

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS EM JOSÉ DE ALENCAR E GONÇALVES DIAS

DIVERGENCES AND CONVERGENCES BETWEEN JOSÉ DE ALENCAR AND GONÇALVES DIAS

Bruno Lima Oliveira¹

Resumo: Este ensaio procura mostrar a formação de um conceito de nação a partir da prosa de José de Alencar e da poesia de Gonçalves Dias, que se empenharam na constituição de um ideário nacional. Com a proclamação da independência a literatura assume papel político fundamental para o que podemos chamar de consciência nacional, até então apenas esboçada no Brasil, mas ainda inexistente de fato. O índio foi transformado em mito para que desta forma fosse criada uma gênese para a nação que se formava, livre de influências européias, de qualquer julgo colonizador. Se por um lado ambos os autores concordavam na tematização do índio como fundação nacional, por outro suas obras têm pontos de discordância. Este ensaio se propõe a mostrar os pontos concordantes e discordantes do projeto nacional de Alencar e Gonçalves Dias e de que modo a literatura ancorou um novo sentimento nacional para uma nação recém-independente.

Palavras-chave: Nação. Índio. Literatura.

1. Uma nação embrionária

O estudo da literatura brasileira inicia-se pelo barroco e muitos entendem que a gênese das nossas letras é a Carta de Caminha. É controversa essa marca que data do aportamento das naus portuguesas em continente americano por razão simples: não éramos o Brasil, éramos o novo, o desconhecido, habitados por aborígenes que não apresentam documentação que comprove uma literatura pré-cabralina e, se a houvesse, a denominação *brasileira* ainda seria inadequada, pois tudo que era aqui encontrado e produzido passou a pertencer à Coroa

¹ Mestrando em Literatura Brasileira (UERJ).

portuguesa.

A produção literária em território brasileiro no período colonial deveria, então, figurar nos compêndios de história da literatura portuguesa. No entanto, é essa questão difícil de ser avaliada. A obra de Anchieta, por exemplo, onde repousa? A equação é difícil e creio eu que a literatura brasileira colonial encontra-se nessa situação de impasse quanto a sua identidade. A resposta está, pois, no caráter nacional consignado ao texto literário.

Célia Pedrosa fornece-nos, em “Nacionalismo Literário” [Jobim, 1992], alguns esclarecimentos acerca da problemática levantada. A nacionalidade, de um primeiro significado, qual seja, o local de nascimento de uma pessoa, amplia-se, no século XVII, com mais duas características: origem e descendência. Tendo sido o Brasil colônia de Portugal justificam-se os traços de descendência. Aceitando essa formulação, dizemos que se incluem em nossa literatura as escritas aqui e lá.

Mas a filiação Brasil-Portugal somente se deu em termos territoriais e políticos, posto que não podemos encará-la racial ou culturalmente. Do choque cultural entre brancos, índios e negros formou-se o povo brasileiro. Foram três raças que se unificaram — duas, conforme o indianismo. Três raças distintas: mais de “três nações” considerando os vários pontos de captura de negros escravos no continente africano e as várias tribos autônomas que aqui havia, todas se fundindo em apenas uma.

A nação brasileira paulatinamente vai, então, constituindo-se. O português impõe sua cultura e governa o Brasil em fenômeno curioso. O governo cabe a si, segregando índios e negros da condução política da colônia, mas mistura seu sangue *nobre* com a *plebe* em uma atitude inteligente de assegurar seu domínio territorial. Por um lado, é senhor incontestado das terras brasileiras, por outro, estreita laços sangüíneos com seus futuros herdeiros.

Após a aquisição das terras que pertenciam à Espanha devido ao Tratado de Tordesilhas, necessário era seu povoamento, que só foi possível devido à miscigenação acima referida. Assim, para que o estatuto da “nacionalidade” tivesse êxito, a ocupação do oeste brasileiro era fundamental, pois garantiria a unidade territorial e a idéia latente de “nação”.

Abro parênteses. Hobsbawm nos diz que “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo”. [Hobsbawm, 1991, p.14] Assim sendo, o que considero *nação* corresponde, aqui, aos interesses políticos dos dominantes, sejam portugueses ou brasileiros. Como tratamos de nacionalismo e indianismo em Alencar e Gonçalves Dias, doravante o conceito será ditado por ambos, fundamentados nos indígenas. Fecho parênteses.

Portugal, então, pouco a pouco, desvencilha-se, aos olhos de nossos índios, de seu atributo dominador e passam a cultuar ambos a colônia como pertencendo-lhes mutuamente. Estes, porém, atuam como coadjuvantes. Resta-lhes buscar em compasso com o branco a prosperidade de sua terra, em busca de futuro capaz de ser alcançado através dos mesmos interesses nacionais compartilhados por uma mesma identidade. O índio é, pois, de todo absorvido. Essa unidade, em termos literários, aparece em Santa Rita Durão, com seu épico *Caramuru*. Há nele a “presença de um personagem simbólico, que une as duas culturas, os dois continentes, as duas realidades humanas, — Diogo-Caramuru.” [Candido, 1965, p.216]

Com essa política de ocupação territorial, a Coroa portuguesa propicia os elementos para o que mais tarde será o *Império Brasileiro*. Lega-nos uma sociedade nascida fruto de três raças, sendo que a negra, “sem falar no seu valioso concurso econômico, trouxe-nos o africano a cordura, a simplicidade, a coragem resignada para afrontar as maiores misérias, e o sensualismo capitoso, transbordante dos sentidos aguçados.” [Carvalho, 1976, p.84] Evidencia-se, assim, o porquê do seu afastamento do movimento literário a que chamamos indianismo. Mesmo porque mantivemos a escravidão e a monarquia, fato raro entre as ex-colônias que se tornavam repúblicas após a autonomia.

Independentes de Portugal, era necessária a auto-afirmação e para isso rebelamo-nos de forma xenófoba. Uma borracha era necessária para apagar o passado que não era o brasileiro; um tinteiro para reescrevê-lo.

A tinta e a pena vêm de José de Alencar e Gonçalves Dias, que voltaram suas atenções para a temática indígena e a preocupação em recontar (ou criar) a história do Brasil. Sob o viés de uma temática *centrada* na origem outros houve como, por exemplo, Gonçalves de Magalhães. Mas será à luz dos romances indianistas de Alencar e dos *poemas americanos* de Gonçalves Dias que veremos os caminhos trilhados por ambos em busca da identidade nacionalista a que almejaram e como construíram uma nacionalidade ideal.

2. O cenário

Após a Independênciaurgia preencher o espaço deixado pelos três séculos de domínio português. Toda grande civilização necessita de um passado glorioso que a immortalize; assim ocorreu com Grécia e Homero, com Roma e Vergílio, com Portugal e Camões, e uma tentativa malograda de Basílio e Durão em fazer o mesmo com o Brasil. Mas a glória de um passado maravilhoso esperaria José de Alencar. Este foi responsável por um projeto político

que visava elevar o Brasil ao mesmo patamar, via literatura, das grandes nações mundiais, influenciado pelo pensamento humanista do século XVIII.

Outro escritor que se inquietou com os primitivos foi Gonçalves Dias. Modesto, diz no prólogo à primeira edição dos *Primeiros Cantos*: “Escrevi-as para mim, e não para os outros; contentar-me-ei, se agradarem; e se não... é sempre certo que tive o prazer de as ter composto” [Dias,1877, p.XV, tomo I]. Ainda no mesmo prólogo acrescenta que gosta “de afastar os olhos de nossa arena política” [*op. cit. loc. cit.*].

Há, destarte, uma primeira divergência de perspectiva que se refletirá em suas obras. Os contrastes que existem em suas abordagens serão analisadas quando oportuno. Mas o que importa, *a priori*, é o tema comum à obra de ambos: o indianismo. A preocupação com os índios surge em *Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara*, da parte alencariana, e nos onze *poemas americanos* da parte de Gonçalves Dias. Importa sublinhar que a literatura indianista de ambos é demasiado reduzida quantitativamente se comparada com o todo da obra, o que vale indagar o grau de importância que eles deram à construção nacional. Se reduzida quantitativa, qualitativamente equilibra a balança. Observando qualquer manual literário verificamos que o indianismo está intrinsecamente associado ao romantismo, mas este não se restringe àquele. Em todo caso devemos tomar cuidado com possível dimensão genérica, logo, reducionista, da amplitude de cada um.

A tomada de consciência da importância da literatura para a construção de uma nação ideal foi importante. O que melhor do que a história de Peri para despertar o furor nacionalista — que parecia adormecido no inconsciente coletivo — na juventude brasileira que ansiosa aguardava a chegada do trem transportando as páginas folhetinescas? O sentimento solidário que agrupava jovens para uma leitura em voz alta a favor de quem não possuía um exemplar devia-se a quê? A resposta é simples: o nacionalismo. Este congrega dois *ismos* que caminhavam paralelamente: o nativismo e o patriotismo. O primeiro tem como característica central a natureza, que encontra em “Canção do Exílio” exemplo; o segundo, a *polis*, valendo-me da expressão utilizada por Candido [1981]. Comum aos países do continente americano que conquistaram independência, o nacionalismo indianista distinguiu-se pela afirmação de uma elite que se queria soberana, dessa forma, nada mais natural do que a euforia que tomou conta de escritores e leitores.

No entanto, o indianismo romântico emergiu duas décadas após a Independência. José Veríssimo [1969] vai ao cerne da questão ao relacionar esse atraso com a vontade de romper a literatura brasileira dos moldes classicistas que indicavam a presença lusa em nossas letras. Veríssimo abre a porta para uma polêmica: os índios foram meros instrumentos para nossa

autonomia literária ou ela se firmou por buscar nele a causa dessa autonomia, o ideário nacional? Qualquer que seja a resposta, está aberto espaço para uma nova literatura ancorada política e literariamente na terra nativa dos *virtuosos autóctones medievais*.

3. O índio: quem é?

Pode parecer paradoxal a forma como José de Alencar idealizou o índio. Era este primitivo, primeiro, ou seja, a raiz que originou e enrijeceu a sociedade brasileira dos oitocentos. Historicamente era o habitante das terras brasileiras como também fora ele quem primeiro lutou contra os portugueses que vieram tomar-lhes o solo — a luta contra o *domínio* (no contexto de então esse termo era um estopim) lusitano que, aqui, assumiu caracteres heróicos. Alencar vira, por isso, no índio, quem melhor representaria literária e politicamente seu projeto de identidade nacional. Mas por que razão transportá-lo à Idade Média? Restaria outra forma de representá-lo? Creio que não. Toda a nossa tradição provinha dos portugueses, ou seja, da Europa. Não nos restava alternativa senão seguir aquilo que herdamos: a cultura de três séculos de colonização portuguesa.

Mito e história fundem-se nas obras alencariana e gonçalvina. Bebendo na fonte rousseauiana do *bon sauvage*, empresta Alencar ao nosso índio adjetivos fundados na tradição fantástica européia das novelas de cavalaria, como *A Demanda do Santo Graal*. Nesta, “as mais remotas menções de Artur, no entanto, seriam provenientes de obras de cunho historiográfico” [Megale,1988, p.1]. Em *O Guarani*, o mito criado em torno de Peri também apresenta fundamento histórico, pois, entre os três romances indianistas, se reporta à fase histórica do escritor.

Sem haver nada para ser contado antes da presença portuguesa, nos firmávamos, como visto, em suas tradições. Se fomos à Idade Média buscar a gênese da nossa história, uma das razões reside no fato de não termos a que recorrer mnemonicamente. Possuíamos bens comuns com Portugal, exceto sua tradição, mas, em contrapartida, eles não possuíam algo que nos era peculiar, e o que viria a ser a *nossa* tradição: o índio. Adquirimos a nossa origem, a de Portugal perdera-se com o tempo, pois sequer “lembravam, ou não sabiam, que eles mesmos provinham de bárbaros ainda mais ferozes e grosseiros do que os selvagens americanos.” [Alencar, 1990, p.11]

Com esse trunfo equilibrou-se a balança em termos históricos: os séculos que nos separavam rapidamente foram preenchidos pela equivalência entre índios e cavaleiros medievais, anulando a distância temporal existente entre o velho e o novo mundo. O Brasil, através da literatura, cancelou a lacuna histórica entre os dois continentes.

A forma, porém, dada por José de Alencar e Gonçalves Dias ao nosso índio, e por conseguinte ao Brasil, teve seu preço. A história sendo construída pela literatura teve, ao menos, duas conseqüências. A primeira reside no “empobrecimento” desta, que sofreu “certa encarnação literária do espírito nacional, redundando muitas vezes nos escritores em prejuízo e desnorteio, sob o aspecto estético” [Candido, 1981, p. 26, v.1]. Mas será que de fato houve empobrecimento? Por um lado a capacidade imagética e criadora foi capaz de dotar o Brasil de um passado do qual ele carecia, travestindo o indígena em cavaleiro medieval, por outro, dialeticamente, a reduziu por causa da necessidade em apontar o imediato e abranger de modo cabal o sentimento nacionalista. A segunda, e é a que mais nos interessa, é a constância de ambigüidades e contradições nas obras de ambos os escritores, justamente pela junção entre literatura e história. A fronteira tênue fez com que se encontrassem no conjunto da obra alencariana e gonçalvina paradoxos que embaralham ideologicamente seus textos, basta lembrar o subtítulo de *Iracema* (anagrama de América): Lenda do Ceará.

Um outro aspecto relevante tanto em Alencar quanto em Gonçalves Dias é a redução da possibilidade criadora de significados que os leitores poderiam atribuir ao texto. As várias notas em *Iracema* e *Ubirajara* e nos ditos *poemas americanos* interferem na livre atribuição de sentido pelo público leitor. Alencar, assim, certifica-se que o recado será assimilado tal qual o desejado.

As notas que constam em Gonçalves Dias têm mais uma função didática do que propriamente condutiva da leitura porque esclarecem ao leitor o sentido de determinada palavra estranha à língua portuguesa, sem a qual o poema seria ininteligível. Podemos contar o enredo de um texto em prosa ignorando algumas palavras, mas não podemos recitar um poema sem que o mesmo se apresente integral, para não interrompermos a linha melódica da versificação, que garante a sua “autenticidade” significativa.

Didática ou não, as interferências limitam o campo de significação por não permitirem que a leitura flua. O índio, dessa forma, se mantém imaculado. Essas intervenções são entendidas em consenso entre os críticos, afinal dissera Alencar que “no *Guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça.” [Alencar, 1967, p.26] Para criar o mito brasileiro, Alencar exclama contra as crônicas, documentos historiográficos. Assim o romancista diz em nota a *Ubirajara*: “Aí está a lenda de Jacó (...) Não consta porém que os selvagens usassem da esperteza do pai da Lia” porque “se tal acontecesse entre os tupis, de que *ridículas indignações não se encheriam os cronistas?*” [Alencar, 1990, p.59, grifo meu]

O índio gonçalvino difere do enfoque alencariano. Gonçalves Dias dá uma dimensão mais “real” das conseqüências oriundas da colonização sem suavizar o impacto daí proveniente. Parece carregar sua literatura de uma consciência histórica que em Alencar inexistente. “O Canto do Piaga” é um presságio, um alerta do que está por acontecer. O índio morre na poesia de Gonçalves Dias como morreu nas mãos dos portugueses e em Alencar ele é morto pelo próprio, enquanto escritor, a fim de idealizar o nacionalismo.

Mas tanto na obra de um quanto na de outro não há homogeneidade. Permeadas de paradoxos, têm pontos afins: não sem motivo ambos fizeram pesquisas etnográficas e Alencar, em *Ubirajara*, cita em nota uma apreciação publicada pelo poeta. Confrontemos agora a literatura alencariana e gonçalvina.

4. José de Alencar e Gonçalves Dias: seus índios

Uma das razões da escolha do índio para ser nosso herói foi a resistência que impuseram frente aos portugueses. Mas Alencar a desmente nas primeiras linhas de *Iracema*. A luta que deveria ser apresentada quando Iracema trava contato com o branco é breve, conseqüência do reflexo defensivo contra o estranho. Mas ao disparar sua flecha e ferir o *moço guerreiro* é insuflada pelo *remorso*. Este, ao contrário, “de primeiro ímpeto, a mão lesta caiu sobre a cruz da espada; mas logo sorriu. O moço guerreiro aprendeu na religião de sua mãe, onde a mulher é símbolo de ternura e amor. Sofreu mais d’alma que da ferida” (Alencar, 1965, p.52). Rapidamente é revertido o processo violento da colonização, uma vez que quem primeiro feriu foi o índio, mas não recebeu, nos mesmos moldes, resposta do invasor.

A cruz, ícone máximo da religião católica, conjuntamente com a espada, símbolo dos tempos medievais, são plantadas no seio das florestas, virgens como Iracema. Esta apresenta o símbolo de ternura e de amor, comum à maternidade. É desde o primeiro momento a mãe de uma nova idéia de nação. Iracema (América) “pousando a criança nos braços paternos (...) desfaleceu” [*op. cit. loc. cit.*, p.134] e “Martim partiu das praias do Ceará, levando no frágil barco o filho e o cão fiel” [*op. cit. loc. cit.*, p.137] É sintomática a origem que Alencar dá ao Brasil, pois “o primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria.” [*op. cit. loc. cit.*] Assim, “o índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador.” [Bosi, 1992, p.177] Não se justifica, portanto, uma colonização genocida contra o berço do nacionalismo indianista, mas permanece a pergunta: “Havia aí a predestinação de uma raça?” (Alencar, 1965, p.137).

Em direção oposta vai Gonçalves Dias em “O Canto do Piaga”. Aqui, o poeta explicita o que está por acontecer com os primitivos americanos ao chegarem os portugueses. Em todo o poema soa o alarme indicando o perigo por vir: “Não sabeis o que o monstro procura?/ Não sabeis a que vem, o que quer?/ Vem matar vossos bravos guerreiros,/ Vem roubar-vos a filha, a mulher!” [Dias, 1877, p.9, tomo I]

Nesta estrofe, Gonçalves Dias antecipa o propósito de Alencar: a cultura autóctone é absorvida, tem roubada sua identidade, como a de Poti, que a tem “agora tão outra que será entronizado na galeria dos heróis portugueses, forjados na luta contra os holandeses” [Ribeiro, 1996, p.221]. O fim para ambos é o mesmo, mas sob ótica diversa.

Mas a presença branca nesse poema reside apenas no plano oracular: os índios ainda vivem incólumes até a confirmação do presságio. Em *Ubirajara* também não há resquícios lusitanos. Entretanto, no primeiro, o índio não está inserido nos conceitos cristãos formulados pelo segundo: os índios são selvagens apenas no poema, no romance não mais.

Em “Marabá” o poeta ratifica sua postura em favor dos índios preservados do domínio colonizador: Marabá significa mistura, portanto miscigenação, e é por causa disso que o poema é carregado de um canto melancólico pela mestiça rejeitada entre os seus, que respondem pela afirmação da sua identidade: “Teus longos cabelos,/ São louros, são belos,/ Mas são anelados; tu és Marabá:/ Quero antes cabelos bem lisos, corridos,/ Cabelos compridos,/ Não cor d’ouiro fino, nem cor d’anjá” [Dias, 1877, p.106, tomo II].

Mas como já foi anteriormente mencionado, há contradições que permeiam sua obra. Escreve Gonçalves Dias um poema que é o extremo oposto a esse. Essa bipolaridade é clara em “O Canto do Índio”. Aqui convergem novamente para um mesmo ponto Gonçalves Dias e Alencar. A subserviência e a admiração de Peri para com Cecília está contida nesse poema. Marabá foi renegada, ao passo que, agora, a *Virgem dos Cristãos* é posta em um pedestal e cultuada com adoração; a resistência indígena, enfim, cede: “Ah! que não queiras tu vir ser rainha/ Aqui dos meus irmãos, qual sou rei deles! / Escuta, ó Virgem dos Cristãos formosa./ Odeio tanto aos teus, como te adoro;/ Mas queiras tu ser minha, que eu prometo/ Vencer por teu amor meu ódio antigo,/ Trocar a maça do poder por ferros/ E ser, por te gozar, escravo deles.” [Dias, 1877, p.11, tomo I]

Temos então a oscilação entre a resistência aborígine e o abraço às tradições de além-mar. No romance alencariano que remete para uma vida anterior às intervenções da cultura ocidental, o *modus vivendi* do primitivo está concorde com os ensinamentos cristãos: apesar de constar na *Advertência* que os relatos feitos pelos missionários serviam como justificativa para a catequese, Alencar não foi capaz de fazer o caminho inverso ao que traçara até então.

A virgem Jandira soube manter, e manteria *ad eternum* como reza a Igreja Católica, a lealdade pelo noivo “porque o primeiro amor do guerreiro não morre nunca” [Alencar, 1990, p.65]. Assim diz à sua rival e assim comporta-se em relação a Pojucã. Sublinho que o próprio Ubirajara destinara Jandira para ser esposa daquele.

Alencar também “ameniza” a poligamia indígena comparando-a com a dos hebreus e justificando-a pela necessidade das mulheres em se cercarem de um varão, devido a sua fragilidade, mas o argumento mais contundente é a distinção que tinha a mulher legítima, ou seja, aquela que participara de uma “cerimônia simbólica” e a “verdadeira mãe de seus filhos”. [op. cit. loc. cit., p.20-1] O que temos, portanto, antes da chegada lusitana, são verdadeiros cavaleiros medievais, não apenas pelo tratamento diferencial à mãe, mas pela altivez com que Ubirajara e Pojucã se comportam nas batalhas e fora delas.

Sob esse aspecto “I-Juca Pirama” é um poema exemplar. O aspecto bipolar em Alencar e Gonçalves Dias é encerrado no poema. A primeira antítese está na segunda estrofe, onde os adjetivos *rudos, severos, prélhos* são amenizados por *meigos, à voz do cantor*. Como os medievos, os índios têm a mesma força guerreira para as aventuras e formosos deviam manter-se, como os que freqüentavam os torneios na *Corte do rei Artur*. O “cavaleiro capturado” pelos Timbiras passa então por uma espécie de rito festivo durante e após seu julgamento, a que assistem *as tribos dos seus arredores*, mas depois de divulgada a sentença, I-Juca Pirama entoa seu canto e pede, como fizera Pojucã por motivo outro, que ela não seja cumprida, para que pudesse auxiliar seu pai, *cego e quebrado, de penas ralado*.

Pode-se dizer que essa obrigação filial não é de caráter indígena, e sim cristã, visto que a figura do Pai dentro do catolicismo é forte; ao verificarmos a reação de seu pai quando soube qual fora a atitude de seu filho vemos que ocorre mais uma ruptura com a tradição tupi. De forte e respeitado que era, passou a ser considerado fraco pelos inimigos e por seu pai — elemento que indiretamente o colocara nessa situação —, até se dar uma reviravolta que o fez conquistar o respeito dos Timbiras e as lágrimas *que não desonram a memória do moço guerreiro, do velho Tupi*.

Finalmente, em *Ubirajara* e em “I-Juca Pirama” há a “redução do índio aos padrões da Cavalaria” [Candido, 1981, p.84, v.1]. Não vemos o branco materialmente, por assim dizer, mas, como em um teatro, o vemos muito bem representado.

A força mítica e poética que adornaram os índios é intensa no indianismo. O mito heróico construído em torno de Peri, e extensa aos nossos demais *progenitores*, desafina uma única vez, bem lembrada por Antonio Candido, no pranto de I-Juca Pirama. Assim, um desnível é dado à grandiloquência do herói nacionalista.

Nos três romances indianistas de José de Alencar sua postura é mais coerente, reforçando sua proposta para a diretriz a ser seguida ao nível nacional. Os poemas de Gonçalves Dias, por outro lado, apresentam as duas faces da moeda: ora aproximam-se da concepção do romancista, ora assumem uma postura consciente do processo histórico da colonização.

5. Conclusão

Com o Brasil independente nasceu um sentimento nacionalista que não tinha uma nação que o justificasse. Era, portanto, necessário idealizá-la. O processo colonial que através da miscigenação assegurou a ocupação do território brasileiro e uma espécie de compartilhamento nacionalista entre as três raças que compuseram o Brasil não mais interessava aos indianistas românticos. A explicação é fácil: nossa gênese mestiça não era agradável, e, por isso, “os indianistas pretenderam fazer do índio mais do que um assunto, um herói”. [Sodré, 1995, p.264] Herói, então, de uma nação.

Temos que ter em mente que não foi a “nação” formada pós 1822 que fecundou o nacionalismo, mas o contrário, ela só existe por causa deste.

Alencar remete mais coerente com seu projeto o índio para os tempos medievais, em busca de uma origem comum ao velho mundo. Foi este que proporcionou toda mitificação por ele construída, que lhe deu **todos** os meios para escrever sua obra literária.

Gonçalves Dias, por outro lado, não mantém o mesmo rigor nos seus poemas, ora mostrando-se consciente do que se processara historicamente, ora, *alencarianamente*, levando o índio para o plano mítico.

Entre os paradoxos existentes em suas obras encontra-se a divisão entre duas categorias de índios: os *bons versus os maus*; estes são selvagens, aqueles virtuosos cavaleiros medievais. Se a recorrência ao aborígene sustenta-se por habitar na *terra brasilis* antes do europeu, por que a distinção? Lembremos que Poti lutou contra os holandeses.

Mais que criticar os indianistas por corromperem os índios brasileiros, devemos reconhecer o legado literário que nos deixaram, que ainda hoje não perdeu seu caráter estético, artístico.

Abstract: *This essay seeks to show the formation of the concept of nation in Gonçalves Dias and José de Alencar's writing. After the Republic Proclamation in Brazil, literature gains a fundamental political role in the formation of a national consciousness. The Indian was made a myth so as to provide a genesis to the new nation apart from the influence of the European colonizer. If, on one hand, both writers agreed on the thematization of the Indian as a foundational myth, on the other*

hand some divergences can be perceived in their work. This essay seeks to comment on the convergent and divergent aspects of Alencar and Dias's national projects, and on the way literature was used to anchor national pride for a newly independent nation.

Key words: *Nation. Indian. Literature.*

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. “Como e porque sou romancista” in: *O Guarani*. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1967.
- _____. *Iracema*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- _____. *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 1990.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2 v. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
- _____. “Estrutura literária e função histórica” in: *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965, p. 201-229.
- CARVALHO, Ronald de. *Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: INL, 1976.
- DIAS, Gonçalves. *Cantos*. tomos I e II. Paris: Garnier, 1877.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MEGALE, Heitor (org.) *A Demanda do Santo Graal*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- PEDROSA, Célia. “Nacionalismo Literário” in: JOBIM, José Luís (org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RIBEIRO, Luís Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996.
- SODRÉ, Nélson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1995.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.